

Editorial

Experiências de fronteira e de *front*: crianças imigrantes, escola e políticas da infância

Miriam Debieux Rosa; Joana Sampaio Primo; Gabriel Binkowski

Os fluxos migratórios se tornaram um campo de tensões sociais e políticas que desconsideram sua condição *sine qua non* para a construção de uma sociedade. Atualmente o fluxo migratório é fenômeno que desnuda as formas de funcionamento social e político que camuflam e tornam invisibilizada a gestão social na lógica da guerra. Nesta ficam banalizados os discursos de ódio que segregam, fomentam os racismos e outras modalidades de exclusão com foco nos marcadores étnico-raciais, econômicos, culturais, religiosos ou de gênero. As migrações de massa, assim como a recusa em acolher os imigrantes e a determinação de os expulsar, revelam uma guerra sem nome, ou seja: uma modalidade de política baseada na globalização perversa¹. Ela institui um colonialismo amplo, geral e irrestrito, com a centralização do capital à custa de miséria, domínio e morte de muitos e também das formas de vida que eles representam.

A figura do imigrante permite detectar as modalidades contemporâneas de laço social e seu trato com a *alteridade* e a produção de *fronteiras* ou *fronts* entre o eu e o outro, entre nações, culturas e as diferentes modalidades de existência que encontramos entre as sociedades humanas. As ciências sociais e a psicanálise fornecem preciosos instrumentos para uma posição crítica que abrange desejo e política, sujeito e coletivo.

É fundamental para compreendermos as *fronteiras*², no sentido em que estamos trabalhando, refletir sobre a *alteridade* no contexto moderno dos estados nacionais. A formação do Estado-

¹ Santos, M. (2001). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

² Trabalhamos essa ideia de fronteira no artigo: Primo, J. S. & Rosa, M.D. (2019). Fronteiras invisíveis: alteridade e lugares discursivos. *Culturas & Fronteiras*, 1(01), 24-42. Doi: <https://doi.org/10.48212/c&f.v1i001.4475>

* Professora titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: debieux@terra.com.br

** Doutoranda, bolsista FAPESP nº do processo: 2019/12316-9, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: joanaprimo@gmail.com

*** Professor Doutor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: gabriel.binkowski@gmail.com

nação, configuração relativamente recente em nossa história, funda-se, dentre outras coisas, a partir da ideia da natalidade, articulando o território à população: “Estado-nação significa: Estado que faz da natalidade, do nascimento (isto é, da vida nua humana) o fundamento da própria soberania”³. Esta articulação separa as fronteiras ao delimitar os “de dentro” e os “de fora”, criando uma conjuntura na qual a *alteridade* pode ficar a serviço de um duplo movimento: identificar-se enquanto igual e recusar, expulsar os diferentes.

Em tal lógica a *alteridade* é simbolizada como perigosa, impondo, portanto, o reconhecimento de uma identidade sociossimbólica na qual os estranhos devem ser eliminados⁴. Nessa dialética, é fácil perceber a fragilidade da posição do imigrante, materializando o lugar de estrangeiro, que deveria estar necessariamente apenas fora e cuja existência é reduzida a objeto de pouco ou nenhum valor.

Apesar dessa estratégia de poder, reiteramos que pela recuperação da *alteridade*, articulada às concepções de pulsão, identificação e especialmente pela dimensão do estranho, infamiliar ou incômodo, como tem sido as várias traduções da experiência *Unheimliche*, a psicanálise reitera a fragilidade da dicotomia entre o eu e o outro. Assim, estes conceitos evidenciam que o desconhecimento e a estrangeiridade são inerentes ao sujeito e que também podem mobilizar diferentes dimensões do desejo.

Nesse contexto que esse dossiê convidou pesquisadores a darem visibilidade às incidências do contexto migratório sobre a constituição subjetiva e a educação de crianças e adolescentes frente às políticas migratórias e às práticas sociais, familiares, subjetivas e jurídicas. São diversos os desafios daqueles que imigram desacompanhados e dos que acompanham os seus pais em trabalhos precários incidindo nos modos de inserção na escola, nas redes ampliadas de educação, nos centros de assistência à saúde e saúde mental.

As escolas são locais privilegiados para refletirmos sobre o acolhimento das crianças oriundas da imigração, uma vez que estas instituições são regidas pela Constituição de 1988 que prevê o acesso universal à educação como um direito de todos. Ainda que saibamos das dificuldades existentes para a simples matrícula de crianças imigrantes que não estejam com a documentação regularizada, é um fato que as crianças imigrantes chegam às escolas públicas e privadas no Brasil. De acordo com o *Relatório São Paulo Cosmópolis 2017*, no ano de 2016 havia 4.245 alunos estrangeiros matriculados nas escolas municipais da cidade de São Paulo, dado que não contabiliza os estudantes filhos de imigrantes, além de não contemplar os estudantes matriculados nas escolas estaduais e particulares.

A escola é, igualmente, um lugar de *fronteira*, isto é, um local onde o encontro entre *os migrantes* e *os nacionais*, produz uma dialética entre o dentro e o fora, entre o pertencente e aquele que não pertence, entre o *estranho* e o familiar. Fronteira em sentido metafórico, a escolarização de crianças imigrantes em nosso país nos permite nos confrontarmos com as vicissitudes da alteridade e com as particularidades do laço sócio-político brasileiro. Campo, conseqüentemente, de natureza interdisciplinar, pois mobiliza diferentes saberes para o cotejamento das complexidades deste encontro. Fortuitamente, a escolarização de imigrantes tem sido objeto de estudo de diferentes pesquisas, das quais se destaca a produção de certo tensionamento em relação ao imigrante⁵.

³ Agamben, G. (2010). *Mais além dos direitos do homem*. (Murilo Duarte Costa Corrêa, Trad.). Recuperado de: http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/art_2010_Mais_alem_direitos_homem.pdf, p.4.

⁴ Rosa, M. D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta.

⁵ Magalhães, G. M. & Schilling, F. (2012). Imigrantes da Bolívia na escola em São Paulo: fronteiras do direito à educação. *Pro-Posições*, 23(1), 43-64. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072012000100004>; Kohatsu, L. N.; Ramos, M. da C. P.

A inserção das crianças e adolescentes migrante nas instituições escolares, de saúde e da assistência social podem tanto criar possibilidades de acolhimento do estranho familiar, quanto reproduzir segregações; tanto acolher a diversidade em sua variedade linguística e cultural, como enfatizar sua inoperância, seu exotismo, quando não, caracterizando sua diferença em quadros psicopatológicos.

A complexidade dessa pertença foi problematizada pelos quatro artigos que compõem este dossiê, e apresentam a criação de dispositivos de acolhimento da população migrante em instituições educacionais, em instituições de saúde mental e de acolhimento. Ao contar com artigos de pesquisadores brasileiros e franceses, esse número permite ao leitor entrar em contato com modos distintos de responder à dita “crise migratória” e com a percepção de possíveis semelhanças na situação de ser identificado como o estrangeiro-estranho.

Escrito a quatro mãos, o artigo *O encontro da clinicopolítica com a escola: tensões entre o singular e o social na escolarização de crianças imigrantes*, produzido pela doutoranda Joana Sampaio Primo e pela professora Miriam Debieux Rosa, interroga o silêncio de crianças de origem imigrante em escolas paulistanas, interrogação fruto de um trabalho colaborativo entre as equipes educacionais e as pesquisadoras, para a elaboração de intervenções psicanalíticas *clinicopolíticas* com escolas.

Na sequência, o artigo *Dar lugar à palavra: reverberações da clínica com imigrantes bolivianos e seus filhos em um CAPS infantojuvenil*, escrito por Julia Hatakeyama Joia, Janaína Lopes Diogo, Sthefânia de Carvalho e Cláudia Nabarro Munhoz, acompanha o mesmo fenômeno trabalhado pelo artigo anterior, a saber, a não aquisição da fala que acomete muitas crianças de origem migrante na cidade de São Paulo. Mas dessa vez desde a perspectiva de trabalhadoras da saúde, prática que amplia as leituras possíveis para os atrasos no desenvolvimento psíquico apresentados pelas crianças e interroga sua relação com a experiência de imigração e seus efeitos sociopolíticos na subjetividade.

Embasado, também, na experiência de equipamentos de saúde mental para crianças e jovens, porém, partindo de um equipamento localizado na região parisiense, o artigo *Trajetórias de migração e transferência à prova: um dispositivo de acompanhamento e de cuidado de uma criança autista e de sua família*, escrito pela professora Aurélie Maurin Souvignet, acompanha com minúcia o caso de uma criança imigrante e de sua família, dando destaque aos dispositivos criados e ao contexto migratório dessa família na França.

Finalmente, o quarto artigo *Passagens adolescentes em afrodiáspora: do estado-coisa ao estado de sujeito*, escrito pelas professoras Maria Cristina Poli e Aline Bemfica, problematiza duas situações de atendimento de imigrantes em dispositivos de acolhimento na região parisiense para propor a figura do estrangeiro-íntimo como potencialidade de reedição narrativa e produção de ancoragens diante do trauma.

Para concluir, sublinhamos que os artigos deixam ver o esforço de pesquisadores engajados em promover a partir das experiências de seu próprio trabalho práticas capazes de inventar-se e de inventar o mundo, ampliando os sentidos da escuta em sua dimensão clínica, política e educacional.

& Ramos, N. (2020). Educação de alunos imigrantes: a experiência de uma escola pública em São Paulo. *Psicologia Escolar e Educacional*, 24. Doi: <https://doi.org/10.1590/2175-35392020213834>; Freitas, M. C. de, & Silva, A. P. (2015). Crianças bolivianas na educação infantil de São Paulo: adaptação, vulnerabilidades e tensões. *Cadernos de Pesquisa*, 45(157), 680-702. <https://dx.doi.org/10.1590/198053143246>; Freitas, M. C. de. (2021) Crianças bolivianas na educação pública: medicalização, enquadramentos deficietizadores e estigmatizações com base no Transtorno do Espectro Autista. *Revista Inter Ação*, 46(2), 645–661. DOI: 10.5216/ia.v46i2.67920; Primo, J. S. & Rosa, M. D. (2019) Fronteiras Invisíveis: alteridades e lugares discursivos. Rondônia, UNIR, *Culturas & Fronteiras*, 1(1), 24-42. Doi: <https://doi.org/10.48212/c&f.v1i001.4475>

Boa leitura!

Referências

- Agamben, G. (2010). Mais além dos direitos do homem. (Murilo Duarte Costa Corrêa, Trad.). Recuperado de: http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/art_2010_Mais_alem_direitos_homem.pdf, p.4.
- Kohatsu, L. N.; Ramos, M. da C. P. & Ramos, N. (2020). Educação de alunos imigrantes: a experiência de uma escola pública em São Paulo. *Psicologia Escolar e Educacional*, 24. Doi: <https://doi.org/10.1590/2175-35392020213834>
- Freitas, M. C. de, & Silva, A. P. (2015). Crianças bolivianas na educação infantil de São Paulo: adaptação, vulnerabilidades e tensões. *Cadernos de Pesquisa*, 45(157), 680-702. <https://dx.doi.org/10.1590/198053143246>
- Freitas, M. C. de. (2021) Crianças bolivianas na educação pública: medicalização, enquadramentos deficietizadores e estigmatizações com base no Transtorno do Espectro Autista. *Revista Inter Ação*, 46(2), 645–661. Doi: 10.5216/ia.v46i2.67920.
- Magalhães, G. M. & Schilling, F. (2012). Imigrantes da Bolívia na escola em São Paulo: fronteiras do direito à educação. *Pro-Posições*, 23(1), 43-64. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072012000100004>
- Primo, J. S. & Rosa, M.D. (2019). Fronteiras invisíveis: alteridade e lugares discursivos. *Culturas & Fronteiras*, 1(01), 24-42. Doi: <https://doi.org/10.48212/c&f.v1i001.4475>
- Rosa, M. D. (2016). A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento. São Paulo: Escuta.
- Santos, M. (2001). Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record.

Recebido em novembro de 2022 – Aceito em dezembro de 2022.